

Reeleição ganha força no Congresso

BRASÍLIA — A comissão especial da Câmara que estuda a reforma eleitoral e partidária vai discutir em separado as propostas de reeleição do presidente da República e dos governadores e prefeitos. A tese vem ganhando força no Congresso devido à polêmica em torno do assunto e foi admitida ontem pelo relator da comissão, deputado João Almeida (PMDB-BA). A possibilidade de reeleger o atual presidente vem sendo defendida com entusiasmo por aliados do Governo, como o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PE).

— Meu objetivo é garantir o princípio da reeleição. Sou contra a reeleição imediata de governadores e prefeitos, mas aceito que se discuta em separado a questão do presidente. A possibilidade de aprovação ou não da proposta de reeleição do atual presidente vai depender do Plano Real e da sua base no Congresso — disse João Almeida.

A proposta do relator prevê a reeleição apenas a partir do ano de 2002. Os prefeitos eleitos em 1996 teriam direito a se reeleger, de acordo com a proposta de Almeida, como experiência. Mas a intenção dos aliados de Fernando Henrique é vê-lo no Planalto até 2002. O relator garante que não vai criar obstáculos para a proposta na comissão.

Uma das alternativas dos pefelistas é desmembrar a emenda do deputado Mendonça Filho (PFL-PE), que estabelece a reeleição já para os atuais governantes. Essa hipótese de divisão já é aceita na comissão especial da reforma política. Mas o PFL sabe que será difícil aprovar agora a reeleição de Fernando Henrique e pretende, como alternativa, apresentar, em 1997, uma emenda para alterar a lei. Já tendência dos partidos de oposição é aprovar a reeleição, mas desde que não seja válida para os atuais governantes.